2 Drogas e Família

Para melhores condições de apreensão da situação desafiadora da dependência química nas pessoas, no contexto social contemporâneo, viu-se indispensável ultrapassar as fronteiras da interpretação do Plantão Psicológico, assunto de interesse deste estudo, para zonas de cruzamento com outros saberes, para não se correr o risco de mal entendido num fazer/saber específico o da Psicologia. A sua prática se dá no domínio da psique implicado por instâncias sócio-econômicas, políticas, culturais e de saúde, embora tenha suas especificidades.

Então, nesta oportunidade traz-se para análise a temática da conceituação do uso e abuso do álcool e de outras drogas, bem como explicitações sobre família no contexto das discussões de cidadania e exclusão.

Pesou sobre a escolha desses temas a relação direta dos mesmos com a proposta de recuperação dos residentes da Fazenda da Esperança de Manaus, “locus” da pesquisa.

A descrição breve desses textos abre pontes para a identificação de ações integradas e interdisciplinares nesse campo.

2.1 Conceitos Básicos e Classificação Geral das Substâncias Psicoativas

No cenário mundial encontram-se inúmeras discussões sobre o uso indevido e abusivo de álcool e outras drogas, problemática que perpassa todas as classes sociais, atingindo grande parte da população. Há rumores que desde as primeiras civilizações já se fazia o uso de alucinógenos, verdadeiras drogas “visionárias”, substâncias estas que fazem ter, segundo alguns Deus dentro de si. Nas religiões e culturas antigas observa-se a atribuição de um caráter sagrado a uma bebida ou

outras substâncias que podem levar aos diferentes tipos de embriaguez ou de alterações de consciência. Seibel et al (2001) observam:

Entretanto o uso religioso de drogas, como ainda ocorre hoje em algumas partes do mundo, em busca de experiências com sentido de religião, é um tipo de relação peculiar estabelecido entre o homem e a droga, restrito a rituais e contextos culturais específicos, apresentando-se como um fenômeno que deve ser devidamente diferenciado da patologia drogadicção (p. 8).

Desta maneira, percebe-se que o uso de algumas substâncias são utilizadas em algumas culturas, nos momentos de seus rituais. O uso de drogas, assim para alguns não se constitui um “problema”, mas sabe-se que já faz parte da cultura há milhares de anos, como um instrumento de estímulo, consolo, diversão, devoção, adequação, inserção e companheirismo.

Torna-se necessário considerar essa dimensão cultural ao abordar este fenômeno na contemporaneidade.

Não se trata, portanto, de gerar uma discussão simplista, pois se sabe que, esta está ligada a várias esferas da vida, como os: fenômenos religiosos, movimentos de construção de identidades de minorias sociais, étnicas, geracionais, de gênero, ou ainda as produções estéticas. Labate et al (2008) ao se referirem a isso, compreendem que:

Estamos no terreno das culturas; todas elas partem da enorme diversidade de práticas, representações, símbolos, e artes que habitam o Brasil. Para o bem e para o mal, as “drogas” são e estão na cultura. Ou melhor, nas culturas e, portanto, não podem ser entendidas fora delas (p.11).

De outro lado, na sociedade contemporânea o uso de drogas tem sido considerado um problema da ordem da saúde pública, que atinge a pessoa e o coletivo, tomando proporções de preocupação central no debate público, ainda mais por essa temática estar atrelada à associação imediata com a criminalidade e a violência urbana. Labate et al (2008) asseguram:

(...) em primeiro lugar, ela confina a discussão ao âmbito da patologia da drogadição: “drogas” seriam substâncias usadas por “viciados” ou “dependentes” e, por conta disso, acarretam graves problemas à saúde pessoal e à ordem pública. Em consequência, a própria existência de “drogas” é tida unilateralmente como um perigo em si, uma ameaça à sociedade. Compõe-se assim o cenário familiar da “guerra às drogas” com sua seqüela de estigmatização, violência, cinismo e estreiteza intelectual, numa espécie de espiral viciosa que naturaliza a ilegalidade e potencializa a repressão (p.16).

Quando se vê na mídia, notícias sobre assaltos e homicídios, muitos estão atrelados aos dependentes químicos. Em verdade, constitui-se um problema relevante na contemporaneidade o uso abusivo de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, especialmente as denominadas drogas ilícitas, como a cocaína. Estas últimas são freqüentemente inter - relacionadas com a violência urbana.

Diante desse quadro é de fundamental importância precisar conceitos e observar as classificações que esta temática envolve.

Para tanto vai se apropriar do pensamento de Seibel et al (2001). Eles dizem poder-se compreender por uso abusivo de drogas toda substância que age nos mecanismos de gratificação do cérebro, provocando efeitos estimulantes, euforizantes e/ou tranqüilizantes. Podem modificar o curso do pensamento ou estados de consciência. Classificam as substâncias psicoativas em três grandes grupos: os psicolépticos que deprimem as funções psíquicas, os psicoanalépticos, que as estimulam, e os psicodislépticos, que as modificam.

Além disso, em consonância com os autores acima, pode-se identificar possíveis fatores etiopatogênicos que de alguma maneira explicam o uso abusivo de álcool e outras drogas, que são eles: fatores biológicos e/ ou fatores psicossociais.

Em relação aos fatores biológicos, considera-se que esses agentes biológicos, podem estar integrados em um processo multicausal sempre mais ou menos complexo de dependência química, considerando-se os de natureza biológico-individual, os familiares e os étnicos.

Em relação aos fatores psicossociais, existem condicionantes conhecidos, onde se pode destacar a carência de satisfação das necessidades individuais e sociais.

Dessa forma, as necessidades humanas (e motivos da conduta) podem ser divididas em individuais e sociais. As necessidades individuais podem-se classificar em:

- Necessidades individuais primárias, também chamadas naturais, orgânicas, fisiológicas ou biológicas (determinadas pelo funcionamento do organismo e dirigidas para a manutenção da vida e para conservação da espécie);

•Necessidades individuais superiores, também denominadas psicológicas, de origens sociais ou psicossociais (desenvolvimento das necessidades biológicas, geradas na prática histórico-social e assimiladas pelos indivíduos ao longo de suas vidas em um processo de aprendizagem pessoal).

Ainda, conforme Seibel et al (2001) observa-se três tipos de necessidades individuais superiores:

- a) necessidades materiais (vestuário, alimentação elaborada, moradia, máquinas, ferramentas e outras análogas);
- b) necessidades psicossociais (amar e ser amado, de prestígio, de poder, de pertença e aceitação pelo grupo);
- c) necessidades espirituais (que coroam as necessidades humanas e se constituem nas necessidades de conhecimento, estéticas e éticas).

Os mesmos autores, que vêm orientando o estudo, consideram abuso como um padrão mal-adaptativo de uso de substâncias psicoativas, manifestado por conseqüências clínicas adversas recorrentes e significativas relacionadas ao uso da(s) substância(s). Por Craving (“Fissura”) entendem ser um fenômeno de natureza subjetiva que corresponde à experiência da necessidade de obtenção dos efeitos de uma substância psicoativa.

Existem vários mecanismos pelos quais as drogas podem causar complicações médicas ou uma overdose fatal. Todos os efeitos potencialmente fatais são vistos em qualquer via de administração.

Explicam a overdose, como sendo as complicações médicas e os efeitos letais da substância psicoativa que representam um exagero em efeitos físicos.

Continuando com Seibel et al (2001), compreende-se como potencial de dependência da substância, a propensão de uma substância gerar estado de dependência como conseqüência de seus efeitos fisiológicos ou psicológicos. Por outro lado, a cessação ou redução do uso de uma substância psicoativa que vinha sendo usada repetitivamente e em geral após um longo período e/ou em altas doses gera a síndrome de abstinência.

Já a síndrome de dependência, é um conjunto de fenômenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância ou uma classe de

substâncias alcança prioridade muito maior para um indivíduo que outros comportamentos que antes tinham maior valor. Uma característica central da síndrome é o desejo, freqüentemente forte, algumas vezes irresistível de consumir substâncias psicoativas, que podem ou não ter sido prescritas por médicos.

Em relação ao uso das substâncias psicoativas, podem-se encontrar vários tipos de uso, conforme traz Seibel et al (2001). Assim:

Define-se uso arriscado como sendo um padrão de uso de substâncias psicoativas que aumenta o risco de conseqüências prejudiciais para o usuário. Refere-se a padrões de uso significativo para a saúde pública, apesar da ausência momentânea de qualquer transtorno atual do usuário. Por outro lado, o uso de múltiplas drogas é o consumo de mais de uma droga ou classe de drogas, muitas vezes ao mesmo tempo ou seqüencial e normalmente com a intenção de intensificar, potencializar ou neutralizar os efeitos de outra droga.

Ainda se tem o uso disfuncional, que se caracteriza por ser o uso de substâncias psicoativas que causam prejuízos em funções psicológicas ou sociais, como perda do emprego ou conflitos conjugais. Por outro lado, o uso experimental é o uso de substâncias psicoativas, em geral restritas a poucos episódios, em geral, de uma droga específica. Além disso, há ainda o uso nocivo que se compõe de um padrão de uso de substância psicoativa que está causando dano à saúde.

E por fim, nota-se o uso recreativo, que é o uso de uma substância psicoativa, em geral ilícita, em circunstâncias sociais ou relaxantes, sem dependência ou outro transtorno. Bem como, o uso social que é o uso de substâncias psicoativas em companhia de outras pessoas, freqüentemente usado de forma imprecisa como indicação de um padrão de beber não problemático.

Para seguir adiante no entendimento do uso e abuso das drogas, prossegue-se com Seibel et al (2001) em conformidade com o pensamento de Lewin, que classifica, em sua obra, as substâncias psicoativas em cinco grupos, são eles:

✓ PRIMEIRO GRUPO:

EUPHORICA (CALMANTES DA VIDA PSÍQUICA)

Este grupo caracteriza-se como sendo constituído pelos agentes que “diminuem e eventualmente suspendem as funções da emotividade e da percepção no sentido maior do termo, em todos os níveis, tanto com conservação, tanto com redução ou supressão da consciência, colocando-se o indivíduo em um estado agradável de bem-estar físico e psíquico, com liberação dos estados afetivos”. A

esta série pertence o ópio com seus compostos (morfina, codeína, heroína, etc.), assim como a coca e a cocaína.

✓ SEGUNDO GRUPO:

PHANTASTICA (AGENTES ALUCINÓGENOS)

Este grupo compreende um conjunto de substâncias de origem vegetal muito diferente por sua composição química e às quais convêm, no sentido próprio do termo, a denominação de *phantastica*, ou agente das ilusões. Os representantes desta série como o peiote (*Anhalorium lewinii*) e o cânhamo-indiano (*Cannabis indica*) dão lugar a uma “excitação cerebral evidente, que se manifesta também sob forma de deformação das sensações, de alucinações, de ilusões e de visões” (p. 38).

✓ TERCEIRO GRUPO:

INEBRIANTIA (SUBSTÂNCIAS EMBRIAGANTES)

A este grupo compõem-se os corpos acessíveis aos meios da síntese química, como álcool, clorofórmio, éter, benzina. Após uma primeira fase de excitação cerebral, dá-se lugar a uma depressão da excitabilidade, indo eventualmente até um estado de supressão temporário da consciência.

✓ QUARTO GRUPO:

HYPNOTICA

A esta categoria pertencem os agentes do sono, tais como cloral, venoral, sulfonal, *kawa-kawa*.

✓ QUINTO GRUPO:

EXCITANTIA (ESTIMULANTES PSÍQUICOS)

Neste grupo encontram-se as substâncias de origem vegetal, que dão lugar a um estado de estimulação cerebral, sem alteração da consciência, percebida subjetivamente, com manifestações mais ou menos acentuadas. A este grupo pertencem substâncias de plantas que contém cafeína, tabaco, betel.

Todas as informações tornam-se indispensáveis ao conhecimento de quem vai trabalhar no campo da dependência química para melhor compreender a vivência dos sujeitos nessa situação.

Segundo Seibel et al (2001) pode-se diagnosticar a síndrome de dependência através de critérios, e que se trata aqui no caso de três ou mais elementos diagnósticos que tenham sido experimentados ou se manifestado por algum tempo, nos últimos 12 meses:

- Forte desejo ou compulsão para usar a substância;
- A consciência de sua incapacidade para controlar o consumo que faz da droga, tanto em termos de início e término, quanto da quantidade consumida;
- Sintomas corporais da síndrome de abstinência que emergem quando o consumo da substância venha a ser diminuído ou interrompido, quando for confirmado por: síndrome de abstinência característica da substância (ou de outra, muito semelhante) com a intenção de aliviar sintomas de abstinência;
- Evidência clínica do estado de tolerância, quando se torna necessário o consumo de doses progressivamente mais altas para produzir o efeito que era antes produzido por doses mais baixas (exemplos claros disto são encontrados em dependentes de álcool e de opiáceos que tem que tomar uma dose diária que pode ser suficiente para incapacitar ou matar quem não haja desenvolvido sua tolerância);
- Diminuição gradual de outras fontes de prazer e divertimento que possam ser atribuídas ao uso da substância da qual se depende, aumento do tempo dedicado para obter a substância, consumi-la ou recuperar-se de seus efeitos;
- Persistência do consumo da substância pelo paciente.

Como se viu nas brevíssimas anotações apresentadas o uso e abuso de álcool e drogas contou em si mesmo uma complexidade de elementos que exigem uma aproximação com alguns temas que se entrecruzam. Dentre eles, escolheu-se para esta exposição à Família que implica com questões de cidadania. É assim que se prossegue no próximo item.

2.2 Família e Cidadania

Indubitavelmente com o processo de globalização - neoliberalismo, a sociedade brasileira, ao longo do seu processo histórico, tem sofrido mudanças no plano sócio-econômico e cultural, afetando dessa forma, a dinâmica e estrutura familiar, trazendo a esta, modificações no padrão tradicional de sua organização.

Neste contexto, é útil trazer alguns conceitos de família forjados quer seja do ponto de vista legal, quer das atribuições que a sociedade espera, quer das situações do exercício ou não da cidadania e aparição das exclusões sociais.

Portanto, começa-se com a menção de sua presença na constituição do Brasil, para logo em seguida tomar autores estudiosos na matéria. Dá-se relevo ao pensamento de Szymanski (2002) por contribuir com suas reflexões sobre como é viver em família com experiências de cuidados mútuos. Isso prepara o caminho para entender-se por vezes a distância da vivência desse modo de ser com o outro.

Na Constituição Federal de 1988, o capítulo VII, trata sobre a família no Artigo 226, afirmando que: “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. No parágrafo 4º salienta ainda que “Entende-se, também como entidade familiar à comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Assegura ainda proteção a crianças, adolescente e idosos, anunciando a criação de mecanismos para impedir a violência no âmbito familiar.

Por família, compreende-se segundo Carvalho (2002, p.15), como sendo: “um grupo social cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantêm estreita relação com o contexto sócio-cultural”. Esse movimento de organizar e se desorganizar refletem as transformações que a família sofre na sua constituição ao longo dos tempos. Interessante é perceber ser este um processo que se organiza e reorganiza frente às mudanças que se vivencia na contemporaneidade.

Com essas mudanças, ocorridas ao longo dos tempos na sociedade, a configuração familiar tem se transformado inegavelmente. Não se pode considerar a família nuclear apenas como único modelo de estrutura e organização familiar. Szymanski (2002, p.10) destaca nove tipos de composição familiar. São elas: família nuclear; famílias extensas; famílias adotivas temporárias; famílias adotivas

bi-raciais ou multiculturais; casais; famílias monoparentais chefiadas por mãe ou pai; casais homossexuais com ou sem crianças; famílias reconstruídas depois do divórcio e várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo. A autora complementa o pensamento quando diz que:

As mudanças na composição familiar, sua visibilidade e o aceite da sociedade (como, por exemplo, a legalização da união de homossexuais) exigem que se leve em conta o reflexo daquelas na sociedade mais ampla, nas formas de se viver em família e nas relações interpessoais. O mesmo é válido para as famílias nucleares, que também têm de assimilar o impacto dessas transformações (p.10).

Desta maneira, o importante é olhar para esse grupo, como sendo composto por pessoas que, mesmo vivendo situações novas se unem, essencialmente, por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, que compartilham o dia-a-dia, e em suas trocas transmitem uns para os outros suas tradições, acolhem-se em todos os momentos da vida, e necessariamente cuidam das crianças, adolescentes e idosos, ajudando em sua formação. Cada membro da família é uma pessoa que compartilha sua subjetividade, e experiências do cotidiano com os outros, sempre de maneira afetiva. Szymanski (2002) acrescenta:

As trocas afetivas na família imprimem marcas que as pessoas carregam a vida toda, definindo direções no modo de ser com os outros afetivamente e no modo de agir com as pessoas. Esse ser com os outros, aprendido com as pessoas significativas, prolonga-se por muitos anos e freqüentemente projeta-se nas famílias que se formam posteriormente (p.12).

Observa-se que, a experiência que se vive na família imprime nas pessoas, de alguma maneira, um modo-de-ser-no-mundo, aprende-se a existir com os outros nas mesmas crenças, valores, costumes, normas etc. O que se apreende na experiência familiar faz parte da constituição dos seres no mundo e faz ampliarem-se ou não as relações sociais. As experiências vividas na família de cuidado e solicitude podem ser vividas de maneira autêntica ou não, acresce Szymanski (2002):

A solicitude, nessa perspectiva é orientada pela consideração, respeito, paciência, tolerância e esperança. Mas pode, também, orientar-se na forma deficiente, pela desconsideração, desrespeito, impaciência, intolerância ou negligência, “para as quais a indiferença abre caminho. Aqui o ser “com” assume formas de ser “contra” o outro e “sem” o outro. Uma outra forma deficiente de se viver a solicitude é o que Heidegger chama de “saltar sobre o outro”, impedindo-o de cuidar de si mesmo. É quando se desenvolve a dependência e a dominação (p. 13).

Pode-se dessa maneira compreender o indivíduo, conhecendo sua realidade familiar, a maneira como cada um ser foi se constituindo nesse contexto da família, no meio social e cultural. Szymanski (2002) diz que:

Pais e mães compreendem sua tarefa socializadora das mais diferentes maneiras e assumem essa incumbência conforme os modos de ser que foram desenvolvendo ao longo de suas vidas. Aqueles não ocorrem em um vazio, mas situados social e historicamente (p.14).

As famílias vivem suas relações intrafamiliares diferentes umas das outras, isso depende muito do contexto onde elas estão inseridas. Uma família de classe pobre depara-se com um mundo hostil, exigente que solicita que ele desenvolva habilidades que ainda pode não possuir. Seus membros poderão seguir um padrão de subordinação, reproduzindo a ideologia dominante, usando a força para a obediência e por último exercer seu papel socializador autoritário. Embora essa observação não deva ser tomada como exclusiva dessa classe, pois famílias pobres também constroem relações fortes positivas. Diferentemente uma família de outras classes média e a alta adaptadas aos padrões de individualismo, competitividade da vida social e no isolamento da família nuclear, podem reproduzir também os mesmos padrões de violação de direitos, Szymanski (2002) esclarece que:

A estrutura familiar não é um determinante da forma como se dá a solicitude, ou do modo das pessoas cuidarem de sua relação numa família. Duas famílias com a mesma composição podem apresentar modos de relacionamento completamente diferentes. O que conta, nesse caso, são duas histórias, a classe social de pertencimento, a cultura familiar e sua organização significativa do mundo (p. 17).

Quando se fala de família, é bom repetir, é necessário levar em conta as mudanças ocorridas na sociedade, as novas construções de relacionamento, a maneira como as pessoas estão cuidando de suas famílias, pois as mudanças que ocorrem no mundo afetam direta e indiretamente a dinâmica familiar, elas precisam moldar-se para atender as demandas sociais e seus novos atores sociais.

Pode-se pensar que cabe à família, por exemplo, o papel de socialização da criança, mas na organização familiar atual, aonde a mãe vai para o trabalho da mesma forma que o pai, esse monopólio de socialização é estendido para além da família, cabendo, talvez à sociedade buscar soluções de atenção à família para que ela responda melhor a suas particularidades.

Dentre as conseqüências de falta de cuidados Seibel et al (2001, p.283), afirmam que é crescente o consumo de álcool e outras drogas por adolescentes e crianças, configurando-se como um problema de dimensões expressivas, trazendo grandes repercussões sociais.

Com a lógica da sociedade burguesa, a família acaba refletindo nas relações entre seus membros, uma relação de poder, de hierarquia, que é trazida pelas relações entre classes sociais na sociedade. E por outro lado, também como afirma Carvalho (2003, p. 17) é revalorizada nos programas sociais na sua função socializadora como o núcleo primordial no qual o indivíduo recebe sua formação. É a instituição onde são aprendidas as práticas educativas e disciplinares condizentes com os padrões de sua época.

Estabelece-se assim, um campo vasto para a investigação sobre a questão da violência, haja vista que é nela, família, que se estabelecem os padrões das relações sociais nos primeiros anos de vida das pessoas. Observa-se que na família, muitas vezes, já não se ensinam os conceitos fundamentais de uma racionalidade aos tempos modernos, e não se exercita os valores, a moral, as crenças, o respeito.

Brusamarello et al (2008) trazem ainda, a discussão que, diversos estudos comprovam a importância da família para a formação e o desenvolvimento do uso abusivo de drogas. Eles discorrem: “Como conseqüência irrefutável, há necessidade de se tratar o sistema familiar para a transformação da adicção em produção de saúde” (p.657).

A família como a principal formadora do ser humano, está implicada inevitavelmente nos processos que envolvem o indivíduo. A família pode exercer um papel transformador, como também destruidor. Em muitas famílias encontra-se o lócus da violência intrafamiliar contra crianças e adolescente, mulheres, idosos, os mais fragilizados. Famílias onde o silêncio reina e envolve diversas situações, de vulnerabilidades que, podem levar à miséria, à desesperança, à solidão acarretando os mais variados tipos de violência, Siqueira (2008) completa:

É, portanto, no interior dessas famílias que a violência intrafamiliar atinge inúmeras crianças e adolescentes. É um fenômeno que atravessa a sociedade e está intrinsecamente relacionado à sua realidade familiar, pois as famílias são frutos de uma estrutura social desigual, conseqüentemente reproduzem as práticas autoritárias. Essas famílias, enquanto frutos da sociabilidade burguesa, também reproduzem a desigualdade de gênero, econômica, como também absorvem a

ideologia dominante e a reproduzem através da cultura. Em outras palavras, a sociabilidade burguesa, cria mecanismos que mantêm a reprodução do capital como também conduz os homens a desdobrarem relações sociais de exploração, criando formas de dominação, não só econômica, mas que aparecem revestidas de elementos de ordem ideológico/cultural, quais sejam, o autoritarismo, a violência, que vão permear as relações sociais e conseqüentemente estarão influenciando diretamente nas famílias(p.3-4) .

É sabido que as formas de disciplinar e punir estão presentes em nossa cultura de diversas formas e intensidade, que vão desde uma palmada até o espancamento que pode ocasionar sérios danos à saúde da criança e do adolescente. Essa violência pela qual passam muitos dos jovens os leva, na maioria das vezes, a inserir-se no mundo das drogas, e com o seu uso acabam encontrando sentido para existir, e pertença àquele grupo social novo, sem perceber que perderão a vida.

No entanto, não se pode esquecer que a família está envolta em questões estruturais de maiores dimensões, e tonalidades e que muitas vezes, as tornam tão vulneráveis, quanto os seus filhos. A falta de cuidado, e de políticas públicas voltadas para a família, implicam em um processo de marginalização, de abandono, e de descuido, que as deixam submetidas a processos de exclusão e de vulnerabilidades, atribuindo, muitas vezes a estas famílias uma responsabilização que não lhes cabe, assegura a Carta Magna, o cuidado que o governo deve ter com a família, oferecendo alicerces para que a mesma possa se desenvolver saudavelmente juntamente com seus membros.

Feijó e Assis (2004) trazem a discussão acerca da compreensão da violência no seio familiar e suas conseqüências para aqueles que são submetidos a ela. Consolidam o pensamento quando discorrem que o papel da família é essencial na vida do jovem, pois, disso dependerá seu crescimento saudável ou não. Relacionam a não vivência sadia do jovem, no contexto familiar, ao uso abusivo de drogas e álcool.

Embora a Lei Magna Brasileira assegure proteção à criança e ao adolescente há muito ainda o que fazer no que se refere a essa temática, talvez a criação de políticas públicas que contemplem as famílias e seus membros, possam ajudar a livrá-los das vulnerabilidades sociais por que passam.

A respeito do período da adolescência onde a grande maioria de jovens iniciam o uso de álcool e outras drogas, Moreira et al (2009) descrevem que:

Na adolescência, os afetos e os conflitos são ampliados. O adolescente reexamina sua identidade e os papéis que deve desempenhar. Em geral, ocorre um desajuste consigo mesmo, havendo maior necessidade de afirmação pessoal, de busca de autonomia e independência em relação à família. É comum nesse período do ciclo de vida do adolescente e da família surgirem conflitos com os pais (p. 46).

Sendo assim, os pais devem ter cuidado no relacionamento com seus filhos. Pois nesta fase os adolescentes podem vir a ter contato com o álcool e outras drogas de maneira abusiva ou dependente, como forma de buscar aceitação e afirmação para o grupo familiar.

É bom lembrar que a sociedade e o Estado ao lado da família devem zelar pela proteção, garantir a defesa de seus infantes e sua juventude, enfim de todos os seus cidadãos.

Segundo Dalari (1998), a origem da palavra cidadania vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Acrescenta ainda:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (p.14).

O termo cidadania está intrinsecamente ligado à qualidade ou estado de cidadão. Por cidadão, compreende-se ser o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos do Estado, ou no desempenho de seus deveres para com ele. Sem informação e acesso sobre os seus direitos e exercício de seus deveres, o cidadão não é capaz de exercer plenamente a sua cidadania.

Segundo Carvalho (2004) a cidadania, ganha força no Brasil a partir da redemocratização, e com a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988. A Constituição Brasileira assinala o conceito de cidadania como conjunto de direitos, mas igualmente de deveres.

Conforme Carvalho (2004), no Brasil a trajetória dos direitos seguiu lógica inversa daquela descrita por Marshall (direitos civis, políticos e sociais):

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall,

continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (p. 1).

O autor afirma que o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos, e classifica como cidadãos incompletos aqueles que gozam de apenas de alguns direitos, e os que não se beneficiarem de nenhum direito seriam chamados não-cidadãos. Define os direitos civis, como sendo:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade, perante a lei. Estes se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular (p.9).

Esses direitos são garantidos com a existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. Garantem também a relação civilizada entre as pessoas, e a existência forte da sociedade civil. A liberdade individual é preservada. Carvalho (2004) acrescenta sobre os Direitos políticos:

Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado (p.9).

Esses direitos abrangem a participação no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política, ou como um eleitor. Em suma, quando se fala de direitos políticos é do direito ao voto que se discute.

Em relação aos direitos sociais, o autor faz o seguinte apontamento:

Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social (p. 10).

Observa-se que os direitos sociais, se referem desde o direito ao bem-estar econômico e segurança até ao direito de participar na herança social e de levar a vida como um ser civilizado. No entanto sabe-se que nem todos têm acesso a seus direitos de maneira adequada.

A exclusão social pode se constituir pela negação dos direitos de cidadania. Este fenômeno social atinge atualmente, as mais diversas sociedades, não sendo privilégio apenas dos países mais pobres, mas evidenciando desigualdades de forma global em decorrência das transformações do mundo do trabalho. Conforme

Wanderley (2001) a concepção de exclusão continua ainda fluida como categoria analítica, difusa apesar dos estudos e reflexões existentes acerca dela. E certamente o fenômeno da exclusão é tão vasto que se torna impossível delimitá-lo. Xiberras, (1993; 21 in Escorel, 1999) considera excluídos como sendo, todos aqueles rejeitados dos mercados materiais ou simbólicos.

Escorel (1999) afirma que, a partir de 1974 a exclusão social deixa de ser um fenômeno individual e passa a ser social, cuja origem está no funcionamento da modernidade geradora de desigualdades sociais. Não se trata de um processo marginal, mas de um processo que atinge todas as camadas sociais. Considera a exclusão como um novo paradigma em construção.

A autora comenta que com o declínio do Welfare States nos anos 80, novas relações entre a economia, a política e a sociedade são estabelecidas, provocando uma crise na solidariedade e nos vínculos sociais em ordem mundial fazendo com que os problemas sociais se acumulem, assim surgem classes sociais com rendas elevadas e em contrapartida aquelas outras excluídas do trabalho.

Percebe-se que as mudanças ocorridas no mundo no final do século XX, com uma nova cultura e o uso de novas tecnologias e estruturas sociais, acabaram por causar a precarização e a instabilidade do trabalho, portanto o aumento do desemprego e a queda do valor da renda e, conseqüentemente, o aprofundamento da pobreza. Pode-se assinalar que no rastro dessas mudanças o mundo se depara com o fenômeno contraditório da multiplicação dos direitos e as constantes ameaças à vida humana, tendo entre essas ameaças o aumento da pobreza e da exclusão.

Wanderley (1997), afirma que do ponto de vista epistemológico “o fenômeno da exclusão é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo”. Um de seus recortes é considerá-lo como pobreza.

Por outro lado, Faleiros (2006) considera a exclusão social como um impedimento, uma forma de dividir grupos, estabelecendo um hiato, que diferencia as pessoas por suas condições sociais e econômicas. Tal situação é perceptível em dois momentos: nas condições objetivas de vida ou de meios de vida e na percepção de si mesmo (como sujeito historicamente situado em uma sociedade e em um determinado Estado onde se pactuam direitos e exclusões).

Oliveira (1997) traz em seu discurso uma reflexão profícua sobre os processos de exclusão e inclusão. Faz uma retrospectiva do cenário econômico.

Com a crise de 80, o Brasil no contexto econômico, expõe sua face cruel e excludente, colocando em circulação o conceito de apartação social (inspiração de Cristovão Buarque). Considera os excluídos como sendo, os segmentos sociais mais diversos, caracterizados por uma posição de desvantagem, chamados de minoria.

Os indivíduos tornando-se sem funcionalidade para a economia, o que o autor chama de delinqüência útil, pois não contribuem diretamente para a acumulação global e são supérfluos (Escorel, 1999).

A autora chama a atenção para o perigo dessa produção de seres humanos sem lugar no mundo, pois se estabelece um sentimento de hostilidade por eles, que pode desenvolver uma mentalidade exterminatória, alimentada por um lado pelo medo que eles inspiram, por outro pelo temor de se tornar um deles.

Escorel (1999) vale retornar mais uma vez, trata da complexidade do fenômeno da exclusão social institucionalizada, retratando as condições de vida dos moradores de Rua do Rio de Janeiro, que vivem em situações de vulnerabilidade, mas suas observações e considerações têm ampliado os horizontes. Através dessa leitura se é conduzido a ser testemunha da exclusão social no Brasil. A autora define exclusão social como uma privação material e simbólica que acaba desqualificando o indivíduo, retirando-lhe a condição de cidadão, de sujeito, de humano. Não encontrando um lugar, um pertencimento, muitas vezes prisioneiro em si próprio, anulando-se da própria condição humana, levando-o, às vezes, à indigência, ao crime, ao abuso e uso de drogas e/ou álcool, e ao rompimento de seus vínculos sociais.

No entanto, no contexto da drogadição percebe-se que o usuário quando se insere no uso abusivo de álcool e drogas sofre por vezes processos de exclusão e provocam outros que são agudizados por essa condição.

A família pode ser um dos contribuintes, ressaltando não ser a família a única instância a estar implicada nesse processo, para a exclusão a que estes seus membros são submetidos ou pelo contrário ser chão de um meio que fortalece redes de apoio. Excluídos da família, excluídos da sociedade, acabam por perder a cidadania, e se vêem no vazio da existência, levando-os a solidão, ao isolamento, excluídos de si mesmos, sem sentido, sem existência. Apoiados pela família com cuidados e proteção vencem mais facilmente os desafios impostos por um meio sócio-econômico político adverso. Evidente que, por outro lado, falar de família,

torna-se essencial, compreender que a mesma está inserida em um mundo de desigualdades, que exige mudanças nas políticas, que a protejam e garantam seus direitos. Pois muitas vezes, a própria família está envolta a um processo de exclusão.

Segundo Feijó e Assis (2004) a exclusão social conduz as famílias à condição de pobreza e desamparo social, levando-as a privações emocionais e financeiras que acarretam vulnerabilidades entre seus membros, tanto de ordem emocional, social e da saúde, expondo às violências que, podem levá-los ao contexto do uso abusivo de álcool e outras drogas e da infração.

No Estado do Amazonas há muitas discussões acerca da implementação das políticas públicas à assistência aos usuários de álcool e outras drogas, no entanto, infelizmente, não existem, efetivamente, políticas voltadas à prevenção e ao cuidado com estes. Deste modo, de acordo com a Política do Ministério da Saúde, para a Atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas, o grande investimento deve ser na prevenção ao uso de álcool e outras drogas, pois economicamente é menos dispendioso aos cofres públicos.

Sabe-se que essa temática é complexa, e que envolve implicações sociais, psicológicas, econômicas e políticas, sendo assim, delinear uma política com base em um único objetivo, é trabalhar em saúde com um modo estreito de entendimento.

Em consonância com o Ministério da Saúde há a afirmativa que:

Uma política nacional de atenção à saúde, de forma relacionada ao consumo de álcool, implica na implementação da assistência, ampliando a cobertura e o espectro de atuação do Programa Nacional de Atenção Comunitária Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, o qual contempla a assistência a pessoas com problemas relacionados ao uso do álcool e seus familiares. A assistência a usuários de álcool deve ser oferecida em todos os níveis de atenção, privilegiando os cuidados em dispositivos extra-hospitalares, como os Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPSad), devendo também estar inserida na atuação do Programa de Saúde da Família, programa de Agentes Comunitários de Saúde, e da Rede Básica de Saúde. Também é fundamental aperfeiçoar a assistência dos casos de maior gravidade nos dispositivos de saúde que demandem por cuidados mais específicos em dispositivos de maior complexidade, como os serviços de emergências médicas (geral e emergência psiquiátrica), principalmente para o atendimento de urgências como os quadros de intoxicação ou abstinência graves e outros transtornos clínicos e psiquiátricos agudos; o mesmo deve ocorrer em hospitais psiquiátricos e hospitais gerais (p. 20).

Além de todo esse aparato há também necessidade de capacitação, de maneira que sejam ampliadas as atividades do Programa Permanente de

Capacitação de Recursos Humanos para os Serviços de Atenção aos Usuários de Drogas na Rede do SUS do Ministério da Saúde, e todos os envolvidos nesse processo, possibilitando assim um trabalho de prevenção em todos os contextos de álcool e drogas, famílias, escolas.